

Opinião Econômica

Dose mais forte

O verdadeiro constrangimento da economia brasileira é a contabilidade externa. Logo, o exercício de 1983 vai depender, mais do que nunca, da correta administração do balanço de pagamentos. O governo age corretamente ao antecipar, na última semana de outubro, a armação das contas do setor externo para o ano que vem. O calibre da dependência externa deve ditar a arrumação da economia interna.

Tese defendida pelo professor Mário Henrique Simonsen, para quem estamos pagando por erros recentes cometidos na administração do balanço de pagamentos e não estamos esgotando, ainda hoje, o arsenal das medidas de contenção corretiva da hemorragia externa.

Para o ex-ministro de Geisel e Figueiredo, é preciso ousar bem mais fundo na programação geral de 1983.

• • •

No editorial da edição de novembro da revista "Simposium", que circula hoje, Simonsen elege como grandes equívocos da administração delfiniana a prefixação de 1980 nas taxas de correção monetária e de variação cambial.

A primeira, subverteu o cálculo econômico, desorganizando o que já estava fora dos eixos. A segunda destrocou o lado bom do amargo remédio da maxidesvalorização de dezembro de 1979. Entre outras coisas, arranhou a credibilidade política da autoridade econômica. Essa credibilidade é fundamental para a chamada "reversão de expectativas", sem a qual nenhuma sociedade consegue enjaular a besta-fera da inflação galopante.

Simonsen lembra que o congelamento da taxa cambial fez-se acompanhar, em 1980, de um terceiro equívoco: a erosão consentida das reservas cambiais, devorada pela contratação de um volume maior de dívida externa de curto prazo.

• • •

A sabedoria "a posteriori" nada constrói, admite Simonsen, criticando os empresários que aplaudiram a prefixação de 1980 e, hoje, deitam falação contra ela.

Simonsen condenou, publicamente, a prefixação do câmbio e da correção no ato mesmo de sua divulgação.

• • •

Quanto à programação do setor externo para 1983, que hoje desfila nas praças financeiras do Atlântico Norte como modelo de um balanço de pagamentos bem administrado, Simonsen identifica vazios e comissões no interior do "pacote" amarrado, semana passada, pelo Conselho Monetário Nacional.

O plano de austeridade, segundo ele, nada tem de "economia de guerra" ou de "tratamento de choque" e não pode ser rotulado de programa de emergência — mais parece um esquema de rotina. Nenhum dos objetivos fixados faz o gênero do dramático ou do traumático, se considerado um reaquecimento, ainda que tímido, da economia mundial.

Nesse ponto, Simonsen, concorda com Delfim e Galvões: o programa não é de efeito recessivo. Em compensação, é bem pouco corretivo.

• • •

A verdadeira correção dos desvios do modelo avariado está na adoção de um décalogo complementar, sermão da montanha (de Teresópolis) do ex-ministro do Planejamento.

Primeira medida, de formulação inadiável, antes até da eleição: a redução dos gastos de custeio da União, associada com o corte dos dispêndios das estatais e com a eliminação quase sumária dos subsídios lastreados em emissão primária de moeda; leia-se: crédito rural. Subsídios residuais poderiam ser bancados por repasses do orçamento fiscal, liberados por um menor custeio do aparelho governamental; leia-se, entre outras pistas, a redução do pessoal.

Para Simonsen, é preciso encarar a onça no grito, desmontando a pescocação o déficit público, hoje na marca de 5,2 por cento do PIB.

• • •

A programação de 1983, aprovada pelo Conselho Monetário Nacional, prevê a derubada desse rombo orçamentário para menos de 3 por cento do PIB, já em 1983. Mas a exposição da autoridade econômica fala do milagre. Mas não revela o santo: como realizar tamanha façanha sem guilhotinar os subsídios e bloquear as transferências do Tesouro Nacional que andam cobrindo "buracos" do tipo previdência social ou importação do petróleo com subsídio cambial?

Simonsen sugere desde a redução dos benefícios aos segurados da previdência (com desequilíbrio atuarial irremovível), até a aplicação da correção monetária sobre o imposto de renda devido pelas pessoas físicas e pelas pessoas jurídicas. A incidência real do tributo cai pela metade em regime de alta taxa de inflação.

• • •

A segunda investida de Simonsen — fora ele ainda ministro — seria contra o já confiscado viajante brasileiro. Além do IOF de 25 por cento, recolhimento sem restituição, o ex-ministro restabeleceria o regime de depósito prévio (com restituição sem correção) equivalente a 100 por cento do valor, em moeda nacional, dos agora US\$ 2.000 de quota por passagem.

Esta "overdose" cambial polonizaria o turista brasileiro, que teria de deixar o Brasil a nado, feito refugiado. Paris não sairia por menos de Cr\$ 1 milhão. E desde segunda-feira, com visto do Consulado francês no passaporte brasileiro.

• • •

Na outra face da disciplina cambial, Simonsen promoveria a "desova" do mercado paralelo, convidando o especulador, estocado em dólar, a converter o ativo clandestino em moeda brasileira.

De que maneira? simples: isentando do imposto de renda os aumentos patrimoniais não justificados durante o exercício de 1982. Isso repatriaria, em cruzeiro, a poupança brasileira amoitada em dólares depositados no exterior...

Seria um gol de placa.

• • •

Para variar, Simonsen guarda munição para a guerra sem quartel da política salarial. Ele quebraria a rigidez do índice tabelado, soltaria a negociação direta do salário global e ofereceria alguma contrapartida de estabilidade no emprego. Por exemplo: o prazo do aviso prévio subiria, por decreto, de 30 para 90 ou para 120 dias.

Outra providência não menos fosorescente: o espurgo da correção monetária, que deixaria de hospedar choques de oferta no alinhamento dos preços relativos, tais como variações reais da taxa de câmbio, aumentos dos impostos indiretos, redução dos subsídios de preço e sobressaltos nas relações de troca com o exterior.

Correção integral, segundo ele, é o novo equívoco da administração econômica. Tão perverso quanto a prefixação de 1980.

Joelmir Beting